

A PRODUÇÃO SOCIAL DA ESCRITA LITERÁRIA EM RAYMOND WILLIAMS*

THE SOCIAL PRODUCTION OF LITERARY WRITING IN RAYMOND WILLIAMS

LA PRODUCCIÓN SOCIAL DE LA ESCRITURA
LITERARIA EN RAYMOND WILLIAMS

Matheus Mesquita Pontes**

Depois de três décadas do lançamento de *Writing in society* na Inglaterra (1983) e nos Estados Unidos (1984), a Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) traduziu e lançou no Brasil o livro de Raymond Williams com o título *A produção social da escrita*, dando continuidade a uma série de publicações que está realizando sobre o literário, crítico literário e ex-integrante da *New Left* que lecionou na Universidade de Cambridge.

A produção social da escrita é uma coletânea de 15 ensaios – incluindo o texto introdutório – e uma crítica literária em forma de poema, divididos em cinco partes, que abordam as relações entre escrita e sociedade. Os textos foram produzidos no transcorrer da segunda metade do século XX – a grande maioria na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980 – e estavam voltados para publicação em revistas ou para apresentação em conferências. Trata-se de uma produção que o autor afirma, em seu ensaio de abertura, estarem próximas de suas experiências acadêmicas e abordagens feitas em *Marxismo e literatura* (1977) e *Cultura* (1981).

No texto de abertura, além de apresentar o conjunto dos ensaios, Williams deixa expressa sua discordância perante às afirmativas que apontam para uma plena “autonomia do processo de escrita”, ao defender que a escrita e as demais linguagens passam organicamente por processos mutáveis, fruto das instáveis relações existentes no interior da sociedade na qual o escritor está inserido. Por sua vez, o leitor, ouvinte ou telespectador também não está imune às transformações ao seu redor e, por mais que as relações sejam desiguais, o destinatário tem sua parcela de influência no processo da escrita.

Na primeira parte do livro, os três primeiros ensaios trabalham a questão do drama na sociedade ocidental e, em especial, inglesa. São abordagens que expressam suas práticas de ensino e pesquisa em Cambridge como professor da disciplina de Dramaturgia (1974-1983). Em “Drama de uma sociedade dramatizada”, Williams coloca que o drama não é mais uma forma de representação exclusiva do teatro e que ele se realiza nos estúdios de cinema e de

* Resenha do livro: WILLIAMS, Raymond. *A produção social da escrita*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

** Mestre em História, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT), Carceres, MT, Brasil. E-mail: matheus_catalao@hotmail.com

televisão, massificando o seu acesso e fazendo parte da vida diária de milhares de pessoas. Tal fenômeno de contato orgânico com o drama estaria levando parte dos espectadores a se descobrirem nos papéis representados, “crescendo” ou “adaptando-se” em suas próprias vidas, apesar da sua clareza de que o drama contemporâneo é parte das mediações de nossa realidade.

Indo para a escrita voltada ao teatro, em “Forma e significado: Hipólito e Fedra”, o ensaísta aborda as variações do drama da fábula mitológica grega entre o poeta trágico grego Eurípedes e o renascentista francês Jean Racine. Para ele, as ordens sociais diferenciadas vividas pelos dois autores trouxeram perspectivas distintas para a representação do drama: o primeiro estava preocupado em questionar as crenças e os mitos de uma sociedade em declínio e o segundo em interrogar a paixão como algo destruidor que desfaz a moderação e o controle humano. No último ensaio dessa primeira parte, “Sobre o diálogo dramático e o monólogo (particularmente em Shakespeare)”, Williams, num viés didático, distingue diálogo de monólogo ao apontar três peculiaridades para cada forma de representação. Somente após as caracterizações é que o autor analisa a manipulação narrativa do dramaturgo William Shakespeare no monólogo *Macbeth* e no monólogo/diálogo *Hamlet*.

A segunda parte do livro é composta por um único ensaio, “Notas sobre a prosa inglesa: 1780-1950”, na qual Williams afirma que as novas experiências sociais levaram à fluidez da prosa literária e busca refletir acerca das transformações nas relações humanas, nas instituições e nas formas de expressar as linguagens. Para comprovar sua hipótese, o autor cita diversos trechos de obras consagradas da literatura inglesa, porém, o que mais chama a atenção são os diversos elementos sócio-históricos selecionados que justificam a mutação da língua, sua escrita e sua recepção.

A Revolução Industrial – gestada na Grã-Bretanha – foi peça-chave para desencadear transformações nos romances ingleses, cujos temas acompanhavam as modificações de paisagens físicas e sociais, a polarização relacional entre campo e cidade, aliada ao crescimento populacional urbano, as fábricas e a constituição/consolidação das novas classes sociais. Além disso, ocorreu um fenômeno quantitativo que gerou mudanças qualitativas entre escritores e leitores: o crescimento expressivo da alfabetização. As novas tecnologias na impressão e encadernação na metade do século XIX diminuíram o preço dos livros, massificando o acesso, fato que estimulou um número maior de escritores a abordarem suas realidades com uma linguagem mais próxima do oral. O acesso à educação, o desenvolvimento dos jornais e o surgimento de escritores profissionais também influenciaram os rumos da literatura. Williams afirma que, em 1830, o romance já superava a produção poética na Inglaterra e que, após 1950 – um século depois da massificação da alfabetização e da produção livresca –, a leitura de romances já era um hábito na sociedade inglesa.

Na terceira parte, os ensaios se centram em exemplos da produção literária dos séculos XVIII e XIX. Em “David Hume: razão e experiência”, Williams disserta sobre o ensaísta iluminista – segunda metade do XVIII – que enquadrava seu projeto filosófico como literatura

e salientava que sua opção pela escrita filosófica não passava de uma escolha de estilo. Apesar de o ex-professor de Cambridge interessar-se pelos conceitos *razão* e *experiência* de Hume, ele rejeita a maneira pela qual o filósofo usava a lógica de *experiência moral* como um reflexo das atividades específicas de uma classe dominante, tentando identificá-las e/ou determiná-las como valores sociais comuns a todos.

Os impactos do pensamento iluminista na ficção britânica também estão presentes no segundo ensaio, “A ficção da reforma”. Apesar de a análise conjuntural do autor indicar a não existência de plena clareza da definição do desenvolvimento do romance inglês entre as décadas de 1770 e 1830 – predominando a produção poética –, o peso da Revolução Francesa foi um fato concreto na literatura britânica, seja pelo medo do exemplo do “terror” revolucionário francês ou pela repressão aos adeptos dos novos horizontes revolucionários.

O terceiro e o quarto ensaios se ocupam dos rumos da literatura inglesa no século XIX. Em “Formas da ficção inglesa em 1848”, Williams observa que esse momento representou um ano expressivo na produção romanesca inglesa, período em que a ficção burguesa ainda estava consolidando um modelo ficcional. Em 1848 ainda predominavam formas e temas populares como as novelas históricas ou de costumes associadas às guerras e os textos vinculados às experiências das aventuras na nova era da colonização imperialista pelo mundo. Porém, isso não impediu o surgimento de elementos burgueses que afirmavam seus valores e interesses nas tramas, buscando justificar que a edificação da riqueza se encontrava no trabalho *digno* e os vícios e a vagabundagem na pobreza. A respeito disso, o ex-integrante da *New Left* coloca que na época não existia uma ficção proletária propriamente dita. Apesar de a escrita literária admitir a existência e a relação entre as classes, seus conteúdos se voltavam para conciliação ou para ser evitado o conflito entre trabalhadores e burguesia. Em “O leitor em *Tempos Difíceis*”, a abordagem foca no romance de 1854 de Charles Dickens, que é visto como um texto que retrata de forma indignada e sentimental o sofrimento das massas operárias com o crescimento urbano, o que também mediou as experiências de Williams.

Na quarta parte, nos ensaios “Inglês de Cambridge, passado e presente”, “Crise nos estudos ingleses” e “Além do Inglês de Cambridge”, o ensaísta debate as experiências coletivas e sua proposição para o desenvolvimento dos estudos literários e das ciências humanas em Cambridge. O ex-estudante e professor reconhece que o bacharelado em Inglês na instituição emergiu tardiamente, em 1917, nas bases do ufanismo que afirmava a existência de uma literatura nacional consolidada e que contribuiu para o negativo pioneirismo institucional da separação prática entre estudos literários e linguísticos. Apesar da crítica, Williams visualiza que no princípio do curso ocorria a experimentação e a investigação em aberto, com liberdade de expressão e tolerância, num diálogo próximo com as demais áreas – característica que foi se deteriorando com uma pretensa valorização e hierarquização ortodoxa dos estudos literários, o que, para o autor, levou a uma profunda crise de paradigmas. Para superar tal crise, o teórico defende o fim da polarização entre linguística e literatura e a aproximação do

curso com as áreas de ciências humanas, inclusive com a criação da Escola de Humanidades em Cambridge.

Na última parte, Williams se volta aos romances do século XX. Em “Região e classe no romance”, o ex-integrante do Partido Comunista Britânico – nos anos de 1940 – acentua que o auge dos romances que abordavam a vida dos trabalhadores se deu na primeira metade do século XX, sendo que, em alguns casos, a classificação de regional almejava abafar conflitos e situações em comum ao conjunto das classes. Williams reconhece que, na contemporaneidade, a flexibilidade e a mobilidade da classe trabalhadora têm gerado desafios ao romance de classe e inclusive as pretensas ficções regionais. Em “Os *filantropos de Bunda Rota*”, o autor celebra e analisa a publicação da versão reduzida do romance do socialista e pintor de paredes Robert Tressell, publicada originalmente em 1914. Já em “Primeira leitura de *New Lines*”, Williams critica de forma veemente e inovadora – por meio de um poema de duas laudas – a antologia poética do grupo “O movimento” que supervalorizava a poesia produzida por ingleses frente aos demais povos que utilizavam a língua inglesa. No seu último ensaio, “Os tempos da imaginação”, inicialmente ele problematiza o termo *imaginação*, colocando-o como parte das *estruturas do sentimento*, como também da gramática e da história. Como literato, Williams afirma buscar a superação das ambiguidades do termo, afastando-o da fantasia e distinguindo-o das questões dos fatos e da realidade, apesar de o processo imaginativo impulsionar o real. Após as explicações conceituais, o literato explica a questão da imaginação em seus próprios romances, *Border country*, *The fight for Manod* e *The volunteers*. O primeiro é destinado à imaginação do passado e os outros dois, à imaginação projetada para o futuro. Imaginação que o literário acredita ser vital para construir uma realidade distinta das mazelas vividas na contemporaneidade.

Referência

WILLIAMS, Raymond. **A produção social da escrita**. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

Recebido em 27 de julho de 2015
Revisado em 05 de abril de 2016
Aceito em 23 de abril de 2016